MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Secretaria de Recursos Humanos
Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais
Coordenação-Geral de Elaboração, Sistematização e Aplicação das Normas

Nota Técnica nº 242 /2009/COGES/DENOP/SRH

ASSUNTO: Divulgação do maior vencimento básico da Administração Pública Federal.

Referência: Decreto nº 6.114, de 15 de maio de 2007.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A presente Nota Técnica versa sobre a publicação de Portaria para atualizar e divulgar o maior vencimento básico da Administração Pública Federal, para fins de cálculo da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso, de que trata o art. 76-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

ANÁLISE

2. A Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso, foi instituída pela Lei nº 11.314, de 3 de julho de 2006, que introduziu o art. 76-A na Lei nº 8.112, de 1990, regulamentado pelo Decreto nº 6.114, de 2007.

3. O mencionado Decreto, em seu art. 3º, §1º, assim disciplinou, **verbis**:

Art. 3º (...) **omissis**

“§ 1º O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão divulgará o valor do maior vencimento básico da administração pública federal para fins de cálculo do valor a ser pago a título de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso.”
(destacamos)

4. O maior vencimento básico no âmbito da Administração Pública Federal é o do cargo de Juiz do Tribunal Marítimo, pertencente à estrutura do Ministério de Estado da Defesa. Com a edição da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que deu nova redação à Lei nº 11.319, de 6 de julho de 2006, o vencimento básico deste cargo passou a ser de R\$11.341,61 (onze mil, trezentos e quarenta e um reais e sessenta centavos), com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2009.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, e em cumprimento ao que determina o §1º do art. 3º do Decreto nº 6.114, de 2007, já transcrito, encaminha-se minuta de Portaria que atualiza e divulga o valor do maior vencimento básico da Administração Pública Federal, à apreciação do Senhor Secretário de Recursos Humanos.

À consideração superior.

Brasília, de de 2009.

MARA CLÉLIA BRITO ALVES

Chefe da Divisão de Elaboração e Consolidação das Normas

De acordo. À consideração da Senhora Diretora do Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais.

Brasília, 01 de setembro de 2009.

VANESSA SILVA DE ALMEIDA

Coordenadora-Geral de Elaboração, Sistematização e Aplicação das Normas

Aprovo. Encaminhe-se ao Senhor Secretário de Recursos Humanos.

Brasília, 01 de setembro de 2009.

DANIELE RUSSO BARBOSA FEIJÓ

Diretora do Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais

Aprovo. Publique-se a Portaria.

Brasília, 01 de setembro de 2009.

DUVANIER PAIVA FERREIRA

Secretário de Recursos Humanos